

Viva os rios: Movimento Pró Ivaí/Piquiri



Deborah Galvão Schirmer, Douglas Herrera Montenegro, Robertson Fonseca de Azevedo.

O grupo de autores é composto por uma equipe interdisciplinar de acadêmicos e operadores jurídicos, formados nas áreas Arquitetura, Urbanismo, Biologia e Direito.

O Movimento Pró Ivaí/Piquiri, trata de uma articulação organizada em uma forma de rede integrada, por um grupo de com pessoas que atuam com diferentes saberes (atores locais, academia e operadores jurídicos), que visam impedir a instalação de barramentos nas bacias hidrográficas dos rios Ivaí e Piquiri (Figura 1).



Fig. 1. Localização das bacias hidrográficas dos rios Ivaí e Piquiri, no estado do Paraná (Brasil).
Fonte: SEMA^(a), 2010 (1). Adaptado pelo autor, 2017.

A importância da conservação destas bacias decorre de seu papel na manutenção dos processos ecológicos da planície de inundação associada ao alto rio Paraná. Indicativo desta importância é a existência de diversas unidades de conservação no trecho (Parque Nacional de Ilha Grande, Parque Estadual do Ivinhema-MS, APA^(b) Federal das Ilhas e Várzeas do rio Paraná e diversas APAs municipais). Segundo Angelo A. Agostinho e Maciej Zalewsk (2), a região conta com diversas espécies raras de vertebrados, incluídas nas listas de espécies em risco de extinção inseridas em documentos do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente.

(a) Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

(b) Área de Proteção Ambiental.

Desde 2011, comunidades locais vêm sendo mobilizadas através de diferentes estratégias de educação ambiental, criando assim, uma atmosfera institucional contrária à implantação de empreendimentos hidrelétricos nestas bacias. As alternativas propostas aos municípios incluem a valorização do território, intercâmbio entre gestores municipais, instituições de ensino superior com atuação nas comunidades da região, criação de unidades de conservação e estímulo ao turismo em áreas naturais. As práticas de educação ambiental desenvolvidas encontram respaldo no art. 2º, X da Lei 6.938/81.

Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios: ...

X - Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Os impactos negativos decorrentes da construção de barragens são

ambientais, sociais e também econômicos, conforme Angelo A. Agostinho e seus coautores (4). Nesse mesmo sentido Bryan Tilt e seus coautores (5) ressaltam que os mecanismos para reduzir os danos são insuficientes.

O Movimento Pró Ivaí/Piquiri já promoveu e participou de mais de 160 eventos (seminários científicos, palestras, reuniões públicas, reuniões de trabalho, audiências públicas e falas em diversos atos) em 57 municípios, alcançando aproximadamente 13.500 pessoas (número que não considera os acessos em página de *Facebook*) ao longo de seis anos de atividade, ocasiões em que se buscou informar a comunidade ameaçada sobre os prejuízos associados às barragens.

Confrontou-se o Discurso Desenvolvimentista^(c), fornecendo à população informações críticas sobre os projetos propostos, fortalecendo a vontade da comunidade em resistir às mudanças propostas e a acreditar na

(c) Política surgida na América Latina do pós-guerra, com o objetivo básico de promover o crescimento econômico, destacando papel do Estado como instrumento a serviço da “nação” – empresariado, burocracia, classes médias e trabalhadores, em cenário de competição internacional, no regime capitalista.

possibilidade de continuidade de seu modo de vida e preservação dos rios. Procurou-se valorizar as atividades econômicas atualmente desenvolvidas nos locais ameaçados bem como demonstrar a viabilidade de adoção de medidas alternativas aos barramentos (Figura 2).



Fig. 2. Salto Barão do Rio Branco, rio dos Patos, formador do rio Ivaí, município de Prudentópolis no sul do Brasil. Fonte: Portal das cachoeiras, 2013 (3).

Uma das estratégias do movimento Pró Ivaí/Piquiri é propor a criação de Áreas de Proteção Ambiental municipais, que permitem adequada gestão do espaço, com repasse de recursos econômicos aos municípios que as instituírem, de acordo com a política do ICMS^(d) Ecológico (art. 2º, Lei

estadual 9.491/1990 c/c art. 4º, Lei complementar estadual 59/1991).

Contrariando o discurso do Setor Elétrico, demonstrou-se que as barragens causam prejuízo econômico aos municípios afetados, com perda de áreas produtivas e deslocamento de população, entre outros efeitos deletérios. Informações científicas sobre a importância ambiental e histórica das bacias foram socializadas com as respectivas comunidades. Os esforços do Movimento conseguiram, até o momento, conter a implantação de empreendimentos hidrelétricos nos rios Ivaí, Piquiri e Goioerê. De fundamental importância para o alcance do objetivo foi confrontar o discurso, até então único e incontestado, de que a implementação dos projetos era inevitável e de interesse da coletividade, inclusive local, o que não corresponde à realidade.

O desafio atual é garantir a continuidade da interação entre comunidades locais, instituições de ensino superior e demais entidades atuantes nas bacias em questão,

(d) Mecanismo tributário que possibilita aos municípios acesso a parcelas maiores que àquelas que já têm direito, dos recursos financeiros arrecadados pelos Estados através do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços.

fortalecendo assim o cenário local (Figura 3).



Fig. 3. Salto Paiquerê, rio Goioerê, afluente do rio Piquiri, entre os municípios de Alto Piquiri e Mariluz no sul do Brasil. Fonte: Umuarama Ilustrado, 2014 (7).

A valorização do patrimônio natural e cultural regional pelas comunidades residentes nas bacias dos rios Ivaí e Piquiri (ou qualquer outra) parece ser a mais efetiva contribuição para sua conservação (Figura 4).



Fig. 4. Símbolo do Movimento Pró Ivaí/Piquiri. Ilustração: Fabrício Oda.

Esta experiência já serviu de parâmetro para outras iniciativas de

contenção e pode ser replicada, contribuindo para que outros rios continuem vivos.

Referências

- (1) SEMA. 2010. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Bacias Hidrográficas do Paraná: Série histórica. 2nd ed. Curitiba: SEMA.
- (2) Angelo A. Agostinho e Maciej Zalewski. 1996. *A Planície Alagável do Alto Rio Paraná: Importância e Preservação*. led. Maringá: EDUEM, v.1.100p.
- (3) Portal das cachoeiras. 2013. Disponível em: www.portaldascachoeiras.com/roteiro/23/Prudentopolis-A-Terra-Das-Cachoeiras-Gigantes
- (4) Angelo A. Agostinho *et al.* 2007. *Ecologia e Manejo de Recursos Pesqueiros em Reservatórios do Brasil*. led. Maringá: EDUEM, v.1.501p.
- (5) Bryan Tilt *et al.* 2009. *Social Impacts of Large Dam Projects: A comparison of international case studies and implications for best practice*. Journal of Environmental Management 90, 249 – 257.

(6) Luiz C. Bresser-Pereira. 2006. *The new developmentalism and conventional orthodoxy*. Escola de Economia de São Paulo: Textos para discussão, 156, 1-35.

(7) Umuarama Ilustrado. 2014.

Disponível em:

<http://www.ilustrado.com.br/jornal/ExibeNoticia.aspx?NotID=61556&Not=Alto%20Piquiri%20vai%20decidir%20na%20ter%C3%A7afeira%20se%20apoia%20ou%20n%C3%A3o%20a%20destrui%C3%A7%C3%A3o%20do%20Salto%20Paiquere%20e%20Apertados>

(8) Robertson F. de Azevedo. 2015. *Tradução entre ciências e proteção de bacias hidrográficas de importância para conservação: Ivaí e Piquiri, remanescentes fluviais do alto rio Paraná*. Tese (Doutorado em Ecologia de ambientes aquáticos continentais) - Ciências ambientais, Universidade Estadual de Maringá. Maringá, p 217. Disponível em: nou-rau.uem.br/nou-rau/documents/?code=vtls000220362.